



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91/2019/SUPEL/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0013.012319/2019-57

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Vigilância e Segurança Armada Patrimonial preventiva e ostensiva, diurna e noturna a serem executadas nas dependências das unidades da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER: Complexo Teatral Palácio das Artes, Museu da Memória Rondoniense, Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, Casa da Cultura Ivan Marrocos e Teatro de Ariquemes.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, por meio de sua Pregoeira e equipe de apoio, designadas pela Portaria Nº 17/2019/SUPEL-CI publicada no DOE do dia 05 de fevereiro de 2019, em atenção à **intenção de recurso (SEI! 8967212, p. 02)** interposta tempestivamente pela Empresa **FBX - SERVICOS DE SEGURANCA LTDA**, já qualificada nos autos epigrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – DA SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS:

A - DA INTENÇÃO DE RECURSO APRESENTADA PELA EMPRESA FBX - SERVICOS DE SEGURANCA LTDA:

FBX - SERVICOS DE SEGURANCA LTDA inicialmente alega que a empresa PROVISA se beneficiou indevidamente da Lei 123/2006, com faturamento superior aos limites permitidos, bem como, pelo fato da recorrente ter sido vencedora em vários itens, o que, segundo a súmula 247 do TCU há irregularidade na aquisição de itens adjudicados, ainda que por preço global, quando o preço unitário que não for o menor lance válido ofertado na disputa relativa ao item, alega ainda erros na planilha de composição de custos, como por exemplo, a não cotação do custo horista e detalhamento de uniformes, e pela falta da declaração de autorização de abertura da conta vinculada, e solicita que seja declarada vencedora do item 02 a 10.

B - DA CONTRARRAZÃO DA EMPRESA PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA:

A Empresa **PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** apresentou sua contrarrazão que se encontra anexa ao SEI! (8967212, p. 08):

(...)

Utilizando da própria argumentação da empresa FBX, verificasse a inconsistência protelatória desta alegação, senão vejamos: A definição do enquadramento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estão disciplinadas nos incisos I e II do artigo 3º da Lei 123/2006, in verbis: Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I – no caso da microempresa, aufera, EM CADA ANO-CALENDÁRIO, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II – no caso de empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). ANO-CALENDÁRIO, todas as empresas que participam de licitações públicas e todas as comissões de



ESTADO DE RONDÔNIA Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

licitação sabem distinguir claramente o significado de ANO-CALENDÁRIO e a forma de analisar o FATURAMENTO BRUTO das empresas que participam de licitações, o documento que a LEGISLAÇÃO cita claramente para estabelecer o CRITÉRIO de enquadramento com base no faturamento é o BALANÇO PATRIMONIAL.

Em consonância ao citado, as regras do edital são claras: 14.3.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: b) BALANÇO PATRIMONIAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes, para que a pregoeira possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação. A legislação também é clara sobre ANO CALENDÁRIO e sobre o período de faturamento para análise do porte da empresa. A receita bruta da empresa é um CRITÉRIO ECONÔMICO-TÉCNICO QUALIFICADOR DA EMPRESA como microempresa ou empresa de pequeno porte. Ressaltamos o caráter objetivo de tal verificação, o que relativizaria o caráter formal de comprovação de tal condição. Os parágrafos 7º artigo 3º da Lei Complementar sob apreciação ilustram o caráter relativo da comprovação, ao estatuir que: “Art.3º. (...) “§ 7º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a microempresa que, NO ANOCALENDÁRIO, EXCEDER O LIMITE DE RECEITA BRUTA ANUAL PREVISTO NO INCISO I DO CAPUT DESTE ARTIGO PASSA, NO ANO-CALENDÁRIO SEGUINTE, à condição de empresa de pequeno porte. No caso, a empresa PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no ano-calendário 2018, obteve um faturamento de R\$ 2.550.160,63, de modo que não houve descaracterização da condição de Empresa de Pequeno Porte.

(...)

Como a própria recorrente citou na Súmula 247 do TCU “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, DESDE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO PARA O CONJUNTO OU COMPLEXO OU PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA, (...)” No caso específico desta licitação que são serviços de VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA torna-se necessário que o prestador seja da mesma empresa, pois há a necessidade operacional de elaborar um planejamento anual entre a contratante e a contratada para tanto é necessário que todos os prestadores sejam da mesma empresa para que o gerenciamento das atividades possa ocorrer em conjunto. Ou seja, neste caso conforme a súmula do TCU citada acima a separação dos itens TRARIA PREJUÍZO PARA O COMPLEXO DA CONTRATAÇÃO, desta forma estaria justificado o agrupamento. Não bastando a justificativa acima ainda há o fato de que o contrato em si trata-se de gerenciamento de mão-deobra não havendo razão para separar os itens, visto que ao agregar os itens em um único GRUPO GANHA-SE ECONOMIA DE ESCALA, o que conforme a Súmula já citada também justificaria a adoção de um agrupamento dos itens. Conforme já discutido acima não existe apenas uma justificativa mais sim duas para o agrupamento dos itens nesta licitação consequentemente as alegações da recorrente são INFUNDADAS E PROTELATÓRIAS. 4.3 - Da inconsistência nos valores orçados pela Recorrida A recorrente cita que a PROVISA, não cotou vigilante/parcial/horista, nem apresentou lista de materiais e equipamentos. Novamente a recorrente vai buscar INTERPRETAÇÃO FANTASIOSA, e de forma clara tenta postergar e protelar a conclusão do certame, e mais, o intuito de ludibriar de tal sorte a comprometer o julgamento, ferindo nitidamente os Princípios da Celeridade Processual, da Eficiência, da Supremacia do Interesse Público e da Administração e, principalmente, o da Ética e da Moralidade. A empresa PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA apresentou sua planilha de formação de preços dentro das exigências da legislação e do instrumento convocatório. Todas as empresas sérias do segmento utilizam o custo da INTRAJORNADA justamente para cobrir o período que os colaboradores tem que repousar entre suas jornadas de trabalho. Nesta condição e apresentado o custo nas planilhas que a empresa PROVISA apresentou, não conseguimos VISLUMBRAR o objetivo das alegações da empresa recorrente, senão, o simples intuito de postergar o resultado da licitação. Com relação ao detalhamento dos itens referente a materiais e equipamentos citado pela recorrente, como forma de julgamento das propostas, vejamos o que cita o edital: 18.1. Critério de Julgamento O julgamento das propostas considerar-se-á ao final, Empresa (s) vencedora (s), aquela que atender, ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL e atendimento ao prazo de entrega solicitado. Além desta questão é necessário esclarecer que o edital faz a seguinte observação com relação a materiais e equipamentos: 15.34. Dos uniformes, materiais e equipamentos MÍNIMOS. Ou seja, cabe a cada empresa apresentar CUSTOS ao fornecimento dos uniformes, materiais e equipamentos MINIMOS para custear a mão de obra envolvida. 15.34. Dos uniformes, materiais e equipamentos mínimos: A Contratada SE OBRIGA A FORNECER UNIFORMES E SEUS COMPLEMENTOS À MÃO-DE-OBRA ENVOLVIDA, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, além das normas gerais de segurança, conforme RELAÇÃO MÍNIMA ABAIXO, reportada por vigilante ocupante de cada posto de serviço: O próprio legislador na instrução normativa 05/2017 (Diretrizes de procedimentos de contratação de serviços), deixou claro sobre a ingerência nas formações de preço: 7.11. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

(...)

Por fim, a argumentação frágil sobre a autorização da conta vinculada, documento este que é apresentado no



ESTADO DE RONDÔNIA Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

momento da CONTRATAÇÃO, ao contrário da alegação da recorrente, se quer merece maiores considerações, visto que as autorizações e movimentações da CONTA VINCULADA necessitam de dados da CONTRATAÇÃO (número de contrato, processo administrativo, dados da contratante e contratada, etc.) A Licitação para contratação de bens e serviços: As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. (...). Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal, pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros. Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, “a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. E como havia sido informada a inexistência de menores trabalhando, não era razoável se depreender que a empresa empregasse menores aprendizes”. Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação “promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes”, o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida. Por conseguinte, votou pelo provimento dos recursos de revisão intentados, e, no ponto, pela rejeição das justificativas apresentadas pelos responsáveis envolvidos, levando o fato em consideração para votar, ainda, pela irregularidade das contas correspondentes, sem prejuízo de aplicação de multa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão nº 7334/2009-Segunda Câmara. (Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, Rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011). Todas as recomendações e decisões seguem no mesmo sentido, vejamos: 20/11/2019 COMPRASNET comprasnet.gov.br/livre/Pregao/Acompanhar_Recurso1.asp?prgCod=817079&ipgCod=22569529&Tipo=CR&Cliente_ID=provisaro+++&reCod=4... 5/6 “Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame.” (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara). Ecoando a mesma diretriz do Tribunal de Contas da União, o Poder Judiciário tem decidido favorável ao formalismo moderado, evitando excessos: “PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CARTA CONVITE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. DESCLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE. 1. Recurso especial oposto contra acórdão que concedeu segurança postulada pela empresa recorrida por ter a recorrente desclassificado-a em procedimento de licitação carta convite, ao entendimento de que a CEF teria feito, em seu edital licitatório, exigência com um formalismo excessivo, consubstanciado que a licitante apresentasse, junto com sua proposta, catálogos técnicos ou prospectos do sistema de ar-condicionado, que foi objeto do certame. 2. A fim de resguardar o interesse público, é assegurado à Administração instituir, em procedimentos licitatórios, exigências referentes à capacidade técnica e econômica dos licitantes. No entanto, é ilegal a desclassificação, na modalidade carta convite, da proposta mais vantajosa ao argumento de que nesta não foram anexados os manuais dos produtos cotados, cuja especificação foi realizada pela recorrida. 3. Recurso não provido”. (Superior Tribunal de Justiça, REsp 657.906/CE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 04/11/2004, DJ 02/05/2005, p. 199). “ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQÜÊNCIAS 1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido”. (Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 294). “MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida”. (Superior Tribunal de Justiça, MS 5.869/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, Primeira Seção, julgado em 11/09/2002, DJ 07/10/2002, p. 163). “ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. ATRASO NA ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS. ALEGADA INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SUPOSTO RIGORISMO E FORMALISMO. IMPROVIMENTO DO RECURSO FACE À INEXISTÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1 - A inobservância do princípio da razoabilidade não restou demonstrada. Existe, na licitação, predominância dos princípios da legalidade e igualdade (CF, art. 5º, caput, inc. II). 2 - Inexistência de direito líquido e certo a amparar a pretensão da recorrente. 3 - Recurso ordinário improvido”. (Superior Tribunal de Justiça, RMS 10.404/RS, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 29/04/1999, DJ 01/07/1999, p. 120). Neste prisma, os documentos apresentados deverão ser apreciados e interpretados sempre preconizando a finalidade do documento para a consecução do interesse público e não dos concorrentes quando estes, a toda prova,



TENTAM COM CLARA INTENÇÃO DE PREJUDICAR A CONCORRÊNCIA. Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pelo Pregoeiro e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios. De todo o exposto, fica comprovado que a Classificação e Habilitação da empresa PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ocorreu com respaldo da legislação, tendo por fim, concluído que a empresa preencheu as condições editalícias, bem como a legislação em vigor. 5. DO PEDIDO Seja dado provimento a presente Contrarrazões, bem como sejam considerados os fatos e fundamentos de direito presentes nesta peça administrativa, mantendo a empresa PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA vencedora desta licitação, uma vez que demonstrou possuir a plena e integral capacidade para executar o objeto licitado; Requer ainda que seja aplicada penalidade educativa e repreensiva, visto que a empresa FBX em sua peça recursal, claramente tem o intuito de postergar e protelar a conclusão do certame, e mais, o intuito de ludibriar de tal sorte a comprometer o julgamento, ferindo nitidamente os Princípios da Celeridade Processual, da Eficiência, da Supremacia do Interesse Público e da Administração e, principalmente, o da Ética e da Moralidade. O procedimento de aplicação de sanções decorrente de comportamentos que resultem em infrações administrativas 20/11/2019 COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO comprasnet.gov.br/livre/Pregao/Acompanhar_Recurso1.asp?prgCod=817079&ipgCod=22569529&Tipo=CR&Cliente_ID=provisaro+++&reCod=4... 6/6 tem regra geral, caráter preventivo, EDUCATIVO E REPRESSIVO. Outra finalidade é a reparação de danos pelos responsáveis que causem prejuízos ao órgão ou entidade, bem como afastar um CONTEXTO DE ABUSO DE DIREITO proveniente de entidades privadas em desfavor da Administração, objetivando, em última análise, a proteção ao erário e ao interesse público. (caderno de logística de sanções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Seja julgado improcedente o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente, eis que se mostra vazio de fundamentações consistentes, lastreado em inferências anêmicas e eivado de caráter meramente protelatório.

II - DA ANÁLISE DOS FATOS:

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório (SEI! 8481455) obriga a Administração a respeitar estritamente as regras, que foram previamente estabelecidas, para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei Federal Nº 8.666, que dispõe in verbis:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.”

Inicialmente nos pronunciamos no sentido de que nossos atos no presente certame foram pautados rigorosamente em observância às regras editalícias, compostas em boa parte pelo que foi estabelecido no Termo de Referência do órgão requisitante, a FUNCER.

Quanto aos questionamentos por parte da empresa **FBX - SERVICOS DE SEGURANCA LTDA**, sobre planilha de composição de custos, por se tratar de análise técnica, como de praxe, os documentos foram encaminhados à GEPEAP/SUPEL setor responsável pela análise 7 (SEI! 8785370), assinada pelos servidores Jadir Rafael Bolanha de Aguiar, Técnico, e Igor Ribeiro Lacerda, Analista, que se manifestaram da seguinte forma:

Análise nº 7/2019/SUPEL-GEPEAP

Análise da Planilha de Custos da Empresa:

PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Vigilância e Segurança Armada Patrimonial preventiva e ostensiva, diurna e noturna a serem executadas nas dependências das unidades da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER:



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

Complexo Teatral Palácio das Artes, Museu da Memória Rondoniense, Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto, Casa da Cultura Ivan Marrocos e Teatro de Ariquemes.:

Em primeira análise salientamos que nosso entendimento caminha para aceitabilidade, haja vista, que os custos que compõem a planilha, em tese não geraria nenhum prejuízo no momento da execução dos serviços, bem como, não culminou na majoração dos valores preliminarmente ofertados pela empresa recorrida, quanto a isso temos alguns posicionamentos das Cortes Superiores sobre o tema:

Realize, por ocasião da análise e do julgamento das propostas, a verificação dos preços unitários e da composição dos custos constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços, buscando-se eventuais valores desarrazoados ou inconsistências em relação ao orçamento, conforme estabelece a jurisprudência do TCU (Acórdãos 159/2003 e 1684/2003, ambos do Plenário) e na linha adotada pela IN/Mare nº 18/1997.

Promova, em caso de detecção de erros no preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços das propostas, as medidas necessárias para que os valores e os cálculos dos preços unitários e de seus grupos estejam coerentes com o valor global proposto, conforme a jurisprudência do TCU (Acórdãos 159/2003 e 684/2003, ambos do Plenário) e na forma prevista pela IN/Mare nº 18/1997. (A IN/Mare nº 18/1997 foi revogada pela IN nº 02/2008).

Acórdão 2586/2007 Primeira Câmara

*Observe os princípios da **supremacia do interesse público**, da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação e da ampla defesa, de forma a evitar a desclassificação de propostas em face de falhas em que não haja comprovação de que o licitante obteve vantagem com a situação, especialmente quando a motivação para o ato desclassificatório for imprecisa houver o risco de contratação antieconômica.*

Acórdão 536/2007 Plenário

Exija que as planilhas de preços detalhadas elaborada pelos licitantes discriminem a composição de todos os preços unitários dos serviços, tais quais salários, encargos trabalhistas, tributos, taxa de administração, de forma a permitir a verificação da adequação dos preços dos itens aqueles praticados no mercado.

Acórdão 1544/2008 Primeira Câmara

Proceda a uma criteriosa avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar uma ilegal inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção aos arts. 7º, § 2º, inciso II, e 44, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 396/2009 Plenário

As desconformidades sanáveis na proposta de preços afiguram-se insuficientes para a desclassificação de concorrente.

Acórdão 2836/2008 Plenário (Sumário)

Abstenha-se de efetuar desclassificação direta de licitantes pela apresentação de propostas que contenham preços considerados inexecutáveis, sem que antes lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados.

Acórdão 79/2010 Plenário.

*Seguidamente, **vislumbramos que a planilha apresentada pela empresa teve o condão de decompor os custos da empresa, a mesma atendeu as exigências da legislação.** Assim, mostra-se integralmente exequível os valores e custos elencados, trazendo assim, segurança jurídica para a administração no interstício da execução do contrato junto a empresa que sagrou-se vencedora no certame.*

Finalizamos colocando esta Gerência a disposição para elucidar qualquer ruído de comunicação entre as partes.

Documento assinado eletronicamente por **Jadir Rafael Bolanha de Aguiar, Técnico(a)**, em 08/11/2019, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

*Documento assinado eletronicamente por **Igor Ribeiro Lacerda, Analista**, em 08/11/2019, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).*

Respalgadas no referido parecer, aceitamos a proposta e a planilha de composição de custos da empresa PROVISA.

Analizamos a Lei Complementar 123/2006 que versa sobre a definição de microempresas e empresas de pequeno porte e constatamos em seu art. 3º, inciso II a seguinte redação:

3º “para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Passando à verificação do mérito, informamos que entre os documentos para a habilitação a empresa recorrida apresentou a Demonstração do Resultado do Exercício-DRE em 31/12/2018 e ainda a Certidão Simplificada, documentos estes devidamente reconhecidos pelo órgão competente, a Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER, e neles constatamos que a empresa auferiu receita de R\$ 2.550.160,63 não ultrapassando os limites da legislação. Os documentos comprobatórios estão anexos aos autos no ID (9029760).

Ainda para maior respaldo dessa comissão de licitação e diante de todos os argumentos da empresa recorrente, reportamos os autos para nova análise e parecer do profissional de Contabilidade desta Superintendência, o servidor Srº Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista, que se manifestou da seguinte forma, pelo parecer 25 (SEI 9053548):

Parecer nº 25/2019/SUPEL-GEPEAP

PARECER CONTÁBIL

DESTINO: EQUIPE ZETA/SUPEL

PREGOEIRA: FABÍOLA MENEGASSO DIAS

PREGÃO 091/2019/KAPA/SUPEL/RO

ASSUNTO: Análise de recurso da Empresa FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Senhora Pregoeira,

Conforme despacho exarado por Vossa Senhoria, no qual solicita posicionamento desta Gerência quanto ao recurso apresentado no processo. Passamos a relatar o seguinte:



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

A recorrente alega que a licitante, com melhor proposta (PROVISA VIGLÂNCIA E SEGURANÇA LTDA), não poderia estar enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP, tendo em vista que seu faturamento ser maior que o limite estabelecido na Lei complementar 123/2006. Alegou também que a composição da planilha de custo não representou de maneira correta os custos inerentes ao serviço, deixando de contemplar os custo com vigilante parcial/horista.

Por sua vez a licitante - PROVISA VIGLÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - apresentou contrarrazão, alegando que as informações prestada à Pregoeira refletem sua situação patrimonial, respeitando os dispositivos legais vigentes.

Do resultado da análise:

A recorrente informou que, em procedimento licitatório realizado pelo Ministério Público Federal, a licitante PROVISA apresentou Declaração de Contratos firmados com relatório de faturamento acima dos R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), contrariando, no atual procedimento licitatório, a declaração de enquadramento em Empresa de Pequeno Porte – EPP. Conforme contrarrazão apresentada pela licitante, depreende-se que o total de faturamento demonstrado da declaração apresentada ao Ministério Público Federal corresponde a exercícios financeiros diversos, não sendo todos os contratos relativos ao exercício de 2018 (período da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE).

Além da contrarrazão a licitante PROVISA encaminhou cópia da declaração utilizada no processo licitatório do Ministério Público Federal, nesse documento podemos constatar que a relação de contratos refere-se a exercícios diversos 2017 e 2018, ficando nítido que o auferimento da receita não se deu apenas no período de 2018, e por esse motivo não se pode afirmar que a licitante ultrapassou o limite legal de enquadramento da receita bruta anual, motivo pelo qual entendemos que os argumentos da recorrente são insuficientes concluir que a licitante Provisa tenha desrespeitado as regras de enquadramento em EPP.

O outro ponto questionado pela recorrente FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA é o de que não houve a inserção, na planilha, dos custos relativos ao vigilante parcial/horista. Para esse ponto específico citamos a CLÁUSULA DÉCIMA – DO INTERVALO INTRAJORNADA da Convenção Coletiva firmada entre SIND.TRAB.SEG.VIG.TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMACAO DE VIG.EST.RONDONIA, CNPJ n. 84.638.139/0001-55 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 63.628.150/0001-64, registrada em 28/03/2019, a qual dispõe sobre o Intervalo Intrajornada.

“CLÁUSULA DÉCIMA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 12x36 horas, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71§4º da CLT.

Parágrafo primeiro - O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 44 horas semanais diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30(trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71§4º da CLT.

Parágrafo segundo - Durante o período do intervalo intrajornada, fica facultado ao vigilante permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador.

Parágrafo terceiro – O intervalo intrajornada usufruído, deverá ser anotado no controle de ponto manual ou eletrônico, mesmo que o intervalo seja inferior ou superior a 01h (uma) hora.

Parágrafo quarto – No caso dos trabalhadores que laboram em instituições financeiras, sob o regime de 44 horas semanais, as empresas terão um período de 05 (cinco) horas para conceder o início do intervalo intrajornada, compreendido entre às 10h e 15h.”

Dessa forma fica evidente, por força de Convenção Coletiva, que a empresa poderá pagar adicional de intervalo intrajornada, caso entenda não ser conveniente a contratação de profissionais para substituir os vigilantes no período de uma hora da refeições. Mais uma vez entendemos que os argumentos apresentados pela recorrente não são suficientes para promover a exclusão da licitante PROVISA.



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

Cabe ressaltar que os documentos, relativos à qualificação econômico-financeira, apresentados, pela licitante PROVISA à pregoeira, estão revestidos das formalidades legais, tais como: Demonstrativos Contábeis – BALANÇO PATRIMONIAL e DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, foram devidamente assinados pelo sócio administrador e pelo contador habilitado e autenticados na Junta Comercial, o que confere a tais peças presunção de legitimidade, sendo documentos plenamente aptos a subsidiar a decisão da Pregoeira e equipe de apoio.

Ante os argumentos apresentados, concluímos que as alegações apresentadas pela recorrente não são suficientes para declarar que a licitante, com menor preço, tenha apresentado informações falsas em sua proposta.

Submetemos o Parecer a Vossa Senhoria para apreciação, e salientamos que se trata de uma peça meramente opinativa a qual não vincula decisão do Ilustre Pregoeiro.

Porto velho – RO, 25 de novembro de 2019.

Everson Luciano Germiniano da Silva

Téc. em Lic. Reg. e Análise de Preços - Contabilidade

Matricula: 300137932

*Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 25/11/2019, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).*

Concordamos com tal parecer, e não vislumbramos qualquer infrigência da legislação por parte da empresa PROVISA, não dando provimento as alegações da empresa **FBX - SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.**

A empresa ainda alega que é condenável pelo TCU, aquisição de itens por preços maiores quando, originalmente, foram licitados e adjudicados, não de maneira individualizada, mas em conjunto, na forma de lotes, ainda que pelo menor preço global do conjunto.

Esclarecemos que o próprio sistema Comprasnet efetuou automaticamente o desempate previsto na LC 123/2006, conforme mensagens que constam na ata do pregão anexa ao SEI! ID (8795746), que transcrevemos:

Sistema 04/11/2019 10:32:57 O GRUPO 1 teve participação de Micro/Pequena Empresa optante pelo benefício da Lei Complementar 123 de 12/12/2006 e poderá ter desempate dos lances após o encerramento de todos os itens. Mantenham-se conectados.

Sistema 04/11/2019 10:32:57 O(s) grupo(s) G1 terá(ão) desempate(s) ME/EPP ou 7174 do(s) lance(s). Clique em "Desempate ME/EPP/7174" e mantenham-se conectados. **Sistema 04/11/2019 10:33:21** Sr. Fornecedor PROVISA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 26156245000104, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o GRUPO 1, inferior ao lance vencedor, até às 10:38:21 de 04/11/2019. Acesse a fase de lance.

Sistema 04/11/2019 10:34:19 O GRUPO 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado. O fornecedor PROVISA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 26156245000104 enviou um lance no valor de 1.545.225,4300

Sistema 04/11/2019 10:34:19 Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

julgamento das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade"

Diante do desempate citado, a empresa **PROVISA** passou à primeira colocada automaticamente. Então a pregoeira passou a fase de negociação com a licitante com menor preço global válido e conforme exposto na ata de sessão, em cumprimento ao Acórdão TCU 1872/2018, buscou seguir a norma do referido acórdão, o qual implementa regra que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de aceitação, de aumento de preço unitário de item já definido na etapa de lances, ou seja, somente é admitida a aquisição da totalidade dos itens de grupo, onde o preço unitário a ser adjudicado ao vencedor seja menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Para uma melhor análise elaboramos uma planilha com os demonstrativos dos valores apresetados pela GEPEAP/SUPEL e as empresas PROVISA e FBX, que demonstra que os valores aceitos, ofertados pela PROVISA, foram os menores, conforme segue abaixo:

<u>Cotação GEPEAP/SUPEL</u>	<u>Empresa FBX</u>	<u>Empresa PROVISA</u>
1 – R\$ 243.891,84	1 – R\$ 243.870,00	1 – R\$ 243.698,96
2 – R\$ 271.247,28	2 – R\$ 271.230,00	2 – R\$ 271.104,06
3 – R\$ 121.945,92	3 – R\$ 121.940,00	3 – R\$ 121.849,48
4 – R\$ 135.623,64	4 – R\$ 135.620,00	4 – R\$ 135.552,03
5 – R\$ 121.945,92	5 – R\$ 121.940,00	5 – R\$ 121.849,48
6 – R\$ 135.623,64	6 – R\$ 135.620,00	6 – R\$ 135.552,03
7 – R\$ 121.945,92	7 – R\$ 121.940,00	7 – R\$ 121.849,48
8 – R\$ 135.623,64	8 – R\$ 135.620,00	8 – R\$ 135.552,03
9 – R\$ 121.945,92	9 – R\$ 121.940,00	9 – R\$ 121.849,48
10 – R\$ 135.623,64	10 – R\$ 135.620,00	10 – R\$ 135.552,03
Total do GRUPO ANUAL: R\$ 1.545.417,36	Total do GRUPO ANUAL: R\$ 1.545.340,00	Total do GRUPO ANUAL: R\$ 1.544.409,06

Cabe ressaltar que conforme preâmbulo do Edital e ainda conforme solicitação do órgão requisitante a licitação é pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, e que o grupo é uma licitação autônoma, apresentando propostas independentes, até mesmo porque, o próprio termo de referência tratou individualmente os postos (diurnos e noturnos), tal como a cotação.

Após a publicação do instrumento convocatório, o Edital 91/2019, a empresa recorrente poderia ter solicitado IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO conforme itens 3 e 4 do Edital nos casos de eventuais erros ou dúvidas no quanto ao instrumento convocatório, para que esta comissão pudesse analisar e julgar o mérito, porém não o fez. Nesso tocante, e sendo amparada pela própria lei 8666/93 em seu artigo 41, §1º, “qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta lei” as empresas participantes no certame ou qualquer outro agente não protocolaram qualquer manifestação nesse sentido.

A referida empresa mesmo com as alegações acima citadas cadastrou sua proposta e ofertou lances dentro dos valores estimados anuais, não havendo dúvidas até o término da sessão de lances.

Conforme demonstrado acima, não vislumbramos que a licitação restou prejudicada ou que



houve dano ao erário em seu conjunto haja vista que conforme critério de julgamento, a empresa PROVISA apresentou valores abaixo tanto da cotação como da empresa FBX e ainda que a aceitação foi efetuada pelo valor GLOBAL, conforme previsto no Termo de Referência e no Edital, sendo a proposta aceita, a mais vantajosa para a administração pública.

Acerca da conta vinculada, tal documento não faz parte do rol de documentos exigidos para habilitação, os quais transcrevemos abaixo, conforme instrumento convocatório:

14.3.3.8 – OUTROS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA HABILITAÇÃO:

- a) Atestado de Visita (Vistoria Prévia) emitido pela FUNCER, conforme modelo contido no Anexo I do Termo de Referência que poderá ser substituível por declaração de compromisso assinado pelo responsável da proponente (Declaração de Ciência e Aceitação das Condições do Edital), conforme modelo do Anexo VII do edital.*
- b) Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional de Rondônia (RO), na forma disposta na Portaria DPF/MJ nº 3.233, de 10 DE DEZEMBRO DE 2012.*
- c) Autorização para funcionamento como prestadora de serviço de vigilância no âmbito do Estado de Rondônia e sua respectiva revisão, se for o caso, em plena validade, nos termos da Lei nº 7.102, de 20/06/1983 e alterações, no Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 e alterações, e na Portaria DPF/MJ nº 3.233, de 10/12/2012 e alterações.*
- d) Declaração fornecida pela empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada pelo Órgão competente do Departamento da Polícia Federal, de que o licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes na matriz e filiais, se existir. No caso do licitante, comprovadamente ser também empresa autorizada a formar e reciclar vigilantes poderá apresentar declaração própria de que vem cumprindo regularmente tal exigência;*
- e) Comprovação de que atende a disciplina normativa do funcionamento de empresas especializadas em segurança privada instituída pela Lei nº 7.102 de 20 de julho de 1983, pelo Decreto nº 89056, de 24 de novembro de 1983, pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1995, pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995 e pela Lei nº 8.863 de 28 de março de 1994. Esta comprovação far-se-á mediante a apresentação de cópias das publicações no Diário Oficial da União das Portarias de autorização para funcionamento ou respectivas revisões anuais, da empresa, da filial e do escritório operacional que atenderá o contrato, conforme o caso, expedidas pela coordenação central de polícia do Departamento de Polícia Federal.*
- f) Prova de regularidade junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, de conformidade com o Art. 38 do decreto nº 89.056/1983.*

No termo de referência apenas é citado o modelo de conta vinculada no item 25. ANEXOS e 25.6. Disposição De Conta Vinculada Para A Quitação De Obrigações Trabalhistas, e no edital não há exigência de tal documento para habilitação, ou seja, vale lembrar que conforme o princípio da vinculação do instrumento convocatório a administração deve se pautar estritamente as regras editalícias, não podendo criar regras de



habilitação posteriores, preservando o princípio da isonomia das empresas participantes do certame.

A empresa PROVISA encaminhou no rol de documentos a declaração de conhecimento do objeto e ainda de ciência e aceitação das condições do edital, que podem ser consultadas nos autos, e como afirma em sua peça de contrarrazão, tal documento, quando exigido, é apresentado na fase contratual.

A referida empresa encaminhou todos os documentos pertinentes a sua habilitação e por este motivo não vislumbramos qualquer irregularidade.

III – DA DECISÃO:

Considerando todo o exposto, bem como as exigências previamente definidas no instrumento convocatório, para no mérito, analisarmos pontualmente todas as alegações e a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol dos demais princípios básicos como impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, expressos na Lei 8.666/93 em seu artigo 3º, decidimos **MANTER A DECISÃO INICIAL** onde **HABILITAMOS** a empresa **PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** para o presente certame, e mantemos a recusa da proposta da recorrente, pelos motivos já expostos acima.

Portanto, julgamos **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela Empresa **FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**.

Submetemos a presente decisão à análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2019.

FABÍOLA MENEGASSO DIAS
Pregoeira da Equipe ZETA/SUPEL/RO
Mat. 300148746